



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS  
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA  
ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

## 006. PROVA OBJETIVA

### ASSISTENTE SOCIAL

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_

Prédio \_\_\_\_\_

Sala \_\_\_\_\_

Carteira \_\_\_\_\_



## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **10**.

#### *Psiquiatras em pé de guerra*

Os psiquiatras americanos estão em pé de guerra, e o motivo é Donald Trump, mais especificamente seu estado mental.

Já durante a campanha eleitoral, alguns profissionais de saúde mental diziam que Trump não batia bem. Depois da posse e dos primeiros “tweets”\* presidenciais, essas vozes se multiplicaram e culminaram, em outubro, na publicação de *The Dangerous Case of Donald Trump* (O perigoso caso de Donald Trump), volume organizado pela psiquiatra Bandy Lee, no qual profissionais de saúde, advogados e jornalistas tentam mostrar que o presidente não estaria apto a exercer suas funções. Os textos trazem considerações interessantes e muita informação, mas não dá para ignorar que a obra é acima de tudo política.

O problema é que a Associação Psiquiátrica Americana (APA) tem, desde 73, uma diretriz, conhecida como regra Goldwater, que autoriza profissionais a dividir com o público seu conhecimento técnico, mas considera antiético que deem opinião sobre pessoas que não tenham examinado. A regra foi reforçada em 2017. A ideia é evitar diagnósticos pela TV, bem como tornar mais robusta a separação entre psiquiatria e política.

Os autores da obra sobre Trump estão cientes da norma. Ela é objeto de longo debate na parte dois do livro. O que alegam é que, por vezes, a obrigação do médico de alertar a comunidade para riscos que ela corre prevalece sobre a privacidade. Se o médico desconfia de que seu paciente psicótico planeja assassinar alguém, precisa alertar a vítima potencial, mesmo que isso implique violação do sigilo profissional.

A discussão é boa, e ambos os lados têm argumentos. Penso que, em teoria, a necessidade de se fazer um alerta sobre a saúde mental de pacientes sobrepuja a regra Goldwater. Mas seria preciso encontrar um modo de reduzir um pouco as investidas políticas dos psiquiatras. Se deixarmos que a prática médica e a política se misturem, é quase certo que a medicina sairá perdendo.

\* tweet: mensagem enviada pela rede social Twitter.

(Hélio Schwartzman. *Folha de S.Paulo*, 21.01.2018. Adaptado)

- 01.** Conforme o texto, o conflito em que estão envolvidos os profissionais de saúde mental americanos se deve
- (A) à divulgação, pela imprensa, de informações sobre a saúde mental do presidente Donald Trump, extraídas de um estudo ainda em andamento.
  - (B) ao debate quanto ao direito desses profissionais de levar a público seu conhecimento e à questão ética de se manifestar sobre casos que não examinaram.
  - (C) à disputa entre jornalistas e advogados, favoráveis e contrários à publicação do livro sobre Donald Trump, sem levar em conta a opinião dos psiquiatras.
  - (D) à tentativa de advogados e de jornalistas de desacreditar o trabalho organizado pela psiquiatra Bandy Lee, por considerá-lo essencialmente político.
  - (E) ao fato de o trabalho desenvolvido por esses profissionais não ter convencido jornalistas de que Donald Trump tem a saúde mental comprometida.
- 02.** O trecho do texto em que o autor aponta o que considera ser um aspecto negativo da obra *The Dangerous Case of Donald Trump* é:
- (A) Os psiquiatras americanos estão em pé de guerra, e o motivo é Donald Trump, mais especificamente seu estado mental.
  - (B) Já durante a campanha eleitoral, alguns profissionais de saúde mental diziam que Trump não batia bem.
  - (C) ... essas vozes se multiplicaram e culminaram, em outubro, na publicação de *The Dangerous Case of Donald Trump*...
  - (D) ... profissionais de saúde, advogados e jornalistas tentam mostrar que o presidente não estaria apto a exercer suas funções.
  - (E) Os textos trazem considerações interessantes e muita informação, mas não dá para ignorar que a obra é acima de tudo política.
- 03.** Na opinião do autor manifestada no último parágrafo do texto,
- (A) os argumentos por trás da regra Goldwater, que autoriza tornar público conhecimento técnico, são insipientes.
  - (B) o sigilo profissional deve prevalecer sobre eventual necessidade de se alertar sobre a saúde mental de pacientes.
  - (C) os que defendem a necessidade de se alertar sobre a saúde mental de pacientes o fazem por motivação política.
  - (D) a prática médica deve permanecer alheia às questões políticas, sob o risco de prejuízo para a medicina.
  - (E) a crença de que a medicina pode ter influência sobre questões políticas é ingênua e precisa ser combatida.

04. Na frase do penúltimo parágrafo do texto "... mesmo que **isso** implique violação do sigilo profissional.", o termo em destaque refere-se

- (A) ao conhecimento da norma pelos autores da obra.
- (B) ao longo debate na parte dois do livro.
- (C) à colocação da privacidade em primeiro plano.
- (D) à desconfiança do médico quanto à intenção do paciente.
- (E) à atitude de alertar a vítima em potencial.

05. Assinale a alternativa em que o trecho da frase em destaque expressa uma condição para que um evento possa se realizar.

- (A) **Depois da posse e dos primeiros "tweets" presidenciais**, essas vozes se multiplicaram...
- (B) O problema é que a Associação Psiquiátrica Americana (APA) tem, **desde 73**, uma diretriz...
- (C) ... autoriza profissionais a dividir com o público seu conhecimento técnico, **mas considera antiético que deem opinião**...
- (D) A ideia é evitar diagnósticos pela TV, **bem como tornar mais robusta a separação entre psiquiatria e política**.
- (E) **Se o médico desconfia de que seu paciente psicótico planeja assassinar alguém**, precisa alertar a vítima potencial...

Considere o seguinte trecho do texto, para responder às questões de números 06 a 08.

- A regra foi reforçada em 2017. A ideia é evitar diagnósticos **pela TV**, bem como tornar mais **robusta** a separação entre psiquiatria e política.

06. O termo **robusta**, em destaque no trecho, pode ser corretamente substituído, sem prejuízo de sentido ao texto, por:

- (A) intermediária.
- (B) intermitente.
- (C) sólida.
- (D) presumível.
- (E) aplicável.

07. O termo em destaque na frase "A ideia é evitar diagnósticos **pela TV**..." expressa ideia de

- (A) meio.
- (B) modo.
- (C) causa.
- (D) direção.
- (E) finalidade.

08. Assinale a alternativa em que a reescrita do trecho está de acordo com a norma-padrão de pontuação e conserva o sentido original do texto.

- (A) Reforçada em 2017 a ideia da regra, é evitar diagnósticos pela TV, bem como tornar mais robusta, a separação entre psiquiatria e política.
- (B) A regra, cuja ideia é evitar diagnósticos pela TV, bem como tornar mais robusta a separação entre psiquiatria e política, foi reforçada em 2017.
- (C) Foi reforçada em 2017, a regra que tem, a finalidade de evitar diagnósticos pela TV, bem como tornar mais robusta a separação entre psiquiatria e política.
- (D) Em 2017, foi reforçada a regra cuja ideia, é evitar diagnósticos pela TV, bem como tornar mais robusta a separação entre psiquiatria e política.
- (E) A regra que tem a finalidade, de evitar diagnósticos pela TV, bem como tornar mais robusta a separação entre psiquiatria e política foi reforçada, em 2017.

09. Caracteriza-se pelo emprego de palavra ou expressão em sentido figurado a seguinte passagem do texto:

- (A) Já durante a campanha eleitoral, alguns profissionais de saúde mental diziam que Trump não batia bem.
- (B) ... advogados e jornalistas tentam mostrar que o presidente não estaria apto a exercer suas funções.
- (C) ... considera antiético que deem opinião sobre pessoas que não tenham examinado.
- (D) Os autores da obra sobre Trump estão cientes da norma.
- (E) ... a obrigação do médico de alertar a comunidade para riscos que ela corre prevalece sobre a privacidade.

10. Considere o seguinte trecho, escrito a partir do texto.

\_\_\_\_\_ pela psiquiatra Bandy Lee, a obra traz um longo e instigante debate sobre a suficiência ou não dos argumentos \_\_\_\_\_ para tentar impedir que \_\_\_\_\_ opiniões sobre o estado de saúde mental de pacientes por profissional de saúde que não \_\_\_\_\_ tenha examinado.

De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

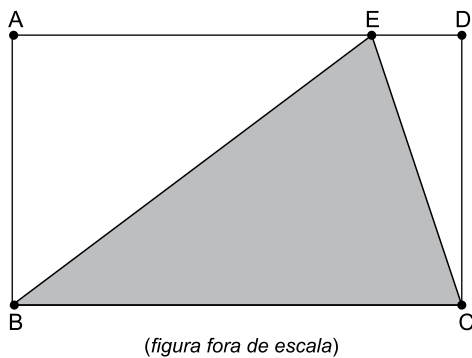
- (A) Organizada ... existente ... seja divulgada ... os
- (B) Organizado ... existentes ... sejam divulgados ... o
- (C) Organizada ... existentes ... sejam divulgadas ... os
- (D) Organizado ... existente ... sejam divulgadas ... os
- (E) Organizada ... existentes ... seja divulgado ... o

11. Em uma empresa, no Dia da Secretária, cada secretária comprou uma flor para cada outra secretária, sendo que nenhuma delas comprou flor para si mesma. Três diretoras compraram, cada uma, duas flores para cada secretária. A presidente da empresa comprou onze flores para apenas uma secretária. Se no total foram compradas 137 flores, o número de secretárias dessa empresa é divisor de
- (A) 123.  
(B) 256.  
(C) 384.  
(D) 459.  
(E) 660.
12. André, Bernardo e Carlos organizaram as pastas contidas em três arquivos, A, B e C. André organizava 14 pastas por vez do arquivo A, Bernardo organizava 18 pastas por vez do arquivo B, e Carlos organizava 24 pastas por vez do arquivo C. Se cada um desses rapazes organizou o mesmo número de pastas, a quantidade total de pastas organizadas pelos 3 funcionários é, no mínimo,
- (A) 756.  
(B) 1512.  
(C) 2268.  
(D) 3024.  
(E) 3780.
13. Um laboratório possui vários frascos de misturas de água e álcool. As misturas do tipo A contêm 30% de álcool, as do tipo B contêm 40% de álcool, e as do tipo C contêm 75% de álcool. Para preparar 12 litros de uma mistura de água e álcool contendo 55% de álcool, serão misturados um certo volume da mistura do tipo A, com o triplo desse volume da mistura do tipo B, com um certo volume da mistura do tipo C, em litros. O volume da mistura do tipo C que foi misturado está compreendido entre
- (A) 3,1 e 4,0 litros.  
(B) 4,1 e 5,0 litros.  
(C) 5,1 e 6,0 litros.  
(D) 6,1 e 7,0 litros.  
(E) 7,1 e 8,0 litros.

14. Para a realização de uma atividade em um congresso, os 235 participantes foram divididos em grupos com 2 homens e 5 mulheres ou grupos com 3 mulheres e 5 homens. O número de grupos com 8 participantes excedeu o número de grupos com 7 participantes em 5, logo a diferença entre o número de mulheres e o de homens participantes é
- (A) 3.
  - (B) 4.
  - (C) 5.
  - (D) 6.
  - (E) 7.
15. Uma empresa produz 20 cadeiras por dia, usando a mão de obra de 3 homens quaisquer. Essa empresa precisa produzir 240 cadeiras em três dias e, para isso, contou com 4 homens por dia, nos dois primeiros dias. Para finalizar o pedido no terceiro dia, o total de homens que precisam trabalhar na produção é
- (A) 16.
  - (B) 19.
  - (C) 22.
  - (D) 25.
  - (E) 28.
16. André jogou 5 partidas de bolinha de gude. Na primeira, ele perdeu 4 bolinhas; na segunda, ele perdeu dois terços das bolinhas que ainda tinha; na terceira, ele ganhou 2 bolinhas; na quarta, ele perdeu um sexto das bolinhas que ainda tinha; e, na quinta partida, ele ganhou 15 bolinhas. Em relação ao número de bolinhas que André tinha antes do primeiro jogo, ele perdeu 74 bolinhas. Logo, ao fim do último jogo, André ficou com um número de bolinhas que é múltiplo de
- (A) 3.
  - (B) 5.
  - (C) 7.
  - (D) 11.
  - (E) 13.
17. A média aritmética simples dos salários de 30 funcionários de uma empresa era R\$ 1.610,00. Esses funcionários tiveram um aumento em seus salários de maneira que os que recebiam R\$ 1.500,00 ou mais tiveram um acréscimo de R\$ 20,00, e os que recebiam menos de R\$ 1.500,00 tiveram um acréscimo de R\$ 50,00. Após esse reajuste, a média dos salários dos 30 funcionários passou a ser R\$ 1.641,00; logo o número de funcionários que tiveram um aumento de R\$ 50,00 é um número entre
- (A) 25 e 30.
  - (B) 19 e 24.
  - (C) 13 e 18.
  - (D) 7 e 12.
  - (E) 1 e 6.

18. Ricardo possui 230 notas, entre notas de R\$ 2,00, R\$ 5,00 e R\$ 10,00, tendo pelo menos uma nota de cada um desses valores. Se, ao todo, essas notas totalizam R\$ 500,00, o número de notas de R\$ 10,00 que Ricardo possui é
- (A) 2.  
(B) 3.  
(C) 4.  
(D) 5.  
(E) 6.

19. Um ponto E pertence ao lado de um retângulo ABCD, formando o triângulo BCE, de área  $40 \text{ cm}^2$ , conforme mostra a figura.



Se a área do triângulo ABE é o quádruplo da área do triângulo CDE, e sendo  $AB = 5 \text{ cm}$ , então a medida, em cm, do segmento ED é

- (A) 1,8.  
(B) 2,4.  
(C) 3,2.  
(D) 4,0.  
(E) 4,6.
20. Um paralelepípedo é formado por paredes muito finas e tem em seu interior certo volume de água. Quando o paralelepípedo é apoiado sobre a face de menor área, a altura da água atinge 8 cm. Quando o paralelepípedo é apoiado sobre a face de maior área, a altura da água atinge 3 cm. Se a menor aresta desse paralelepípedo mede 12 cm, a sua maior aresta mede, em cm,
- (A) 16.  
(B) 21.  
(C) 24.  
(D) 27.  
(E) 32.

## LEGISLAÇÃO

**21.** Nos termos da Lei Complementar Municipal nº 17/2001, ao entrar em exercício, o funcionário nomeado e empossado em cargo de provimento efetivo sob o regime da referida lei ficará sujeito a estágio probatório por período de 3 (três) anos, durante o qual sua aptidão e capacidade serão, sistematicamente, objetos de avaliação para o desempenho do cargo, observados, entre outros, os seguintes fatores:

- (A) pontualidade, capacidade e eficácia.
- (B) responsabilidade, liderança e efetividade.
- (C) assiduidade, disciplina e iniciativa.
- (D) responsabilidade, idoneidade moral e engajamento.
- (E) iniciativa, eficiência e liderança.

**22.** Considere a seguinte situação hipotética.

Analista Previdenciário X, responsável pelo controle de ponto, tem atribuído, constantemente, frequência para agentes públicos faltosos, cujo ponto deveria fiscalizar. Analista Previdenciário Y, que trabalha na mesma repartição que o Analista Previdenciário X, é assíduo e frequente, mas percebe que X está praticando tal conduta irregular.

Diante do previsto no Estatuto dos Servidores do Município de Paulínia, é correto afirmar que

- (A) o Analista Previdenciário X não está sujeito à punição pela conduta por ele praticada, pois não houve ação dolosa de lesão aos cofres públicos que causasse danos ao patrimônio do município.
- (B) o Analista Previdenciário Y está sujeito à pena de suspensão, com perda da remuneração, que poderá ser fixada pelo prazo de 30 (trinta) a 60 (sessenta) dias, de acordo com seus antecedentes.
- (C) o Analista Previdenciário X está sujeito à pena de suspensão, com perda da remuneração, que poderá ser fixada pelo prazo de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias, de acordo com seus antecedentes.
- (D) o Analista Previdenciário X está sujeito à punição, enquanto o Analista Previdenciário Y não, pois não cometeu falta disciplinar, já que é dever do funcionário guardar sigilo sobre assunto da repartição.
- (E) o Analista Previdenciário Y está sujeito à pena de advertência, por escrito, caso não leve ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades praticadas pelo Analista Previdenciário X.

**23.** De acordo com as definições da Lei Complementar Municipal nº 18/2001, são segurados obrigatórios

- (A) os funcionários públicos titulares de cargos efetivos vinculados à administração direta, autárquica e fundacional.
- (B) os funcionários ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- (C) os funcionários ocupantes, exclusivamente, de emprego público, de caráter definitivo ou temporário.
- (D) os funcionários que, na data em que a lei entrou em vigor, tenham implementado os requisitos necessários à sua concessão.
- (E) os funcionários públicos titulares de cargos efetivos vinculados à administração direta, que estejam na ativa, ainda que recebam, por outro fundamento, benefício da Previdência Nacional (INSS).

**24.** Consideram-se beneficiários do regime de previdência social de que trata a Lei Complementar Municipal nº 18/2001, na condição de dependentes do segurado:

- (A) o companheiro ou a companheira homossexual de servidor ou servidora, exigindo a lei, nestes casos, a comprovação da dependência econômica.
- (B) o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de dezoito anos ou inválido, cuja dependência econômica é presumida pela referida lei.
- (C) o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de dezoito anos ou inválido, cuja dependência econômica é presumida pela referida lei.
- (D) os pais, biológicos, adotivos ou socioafetivos, cuja dependência econômica é presumida pela referida lei.
- (E) o cônjuge, a companheira ou o companheiro, exigindo a lei, nestes casos, a comprovação da dependência econômica.

**25.** A respeito da aposentadoria por invalidez, prevista na Lei Complementar Municipal nº 18/2001, é correto afirmar que

- (A) a aposentadoria por invalidez será precedida de licença para tratamento de saúde, por período não excedente a 12 (doze) meses.
- (B) não estando em condições de reassumir o cargo ou de ser readaptado, o funcionário será colocado em disponibilidade, na qual permanecerá por 24 (vinte e quatro) meses, quando poderá ser aposentado por invalidez.
- (C) a aposentadoria por invalidez vigorará a partir da data em que for exarado despacho reconhecendo a incapacidade laboral.
- (D) o lapso compreendido entre a data de término da licença para tratamento de saúde e a data de publicação do ato da aposentadoria por invalidez será considerado como de prorrogação da licença.
- (E) a aposentadoria por invalidez será automática e declarada por ato, com vigência a partir do dia em que for declarada a incapacidade laboral do funcionário.

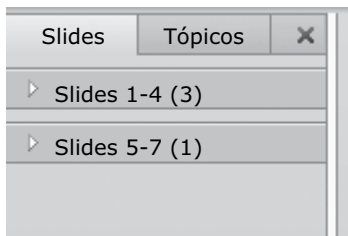


26. A imagem a seguir foi retirada do Windows Explorer, do MS-Windows 7, em sua configuração padrão.



Assinale a alternativa que apresenta o número correspondente à pasta que, em seu conteúdo, possui pelo menos outra pasta.

- (A) 1.  
 (B) 2.  
 (C) 3.  
 (D) 4.  
 (E) 5.
27. Um recurso que agiliza a edição de documentos no MS-Word 2010, em sua configuração padrão, é a inserção de trechos de conteúdo reutilizável como título, autor e outros campos e propriedades do documento.
- Tal recurso está disponível no grupo Texto da guia Inserir e é chamado de
- (A) Partes Rápidas.  
 (B) Caixa de Texto.  
 (C) Cabeçalho / Rodapé.  
 (D) Hiperlink.  
 (E) Legenda.
28. A imagem a seguir foi retirada de uma apresentação de slides sendo preparada por meio do MS-PowerPoint 2010, em sua configuração padrão.



Pela imagem, é possível compreender que o número de slides contidos na apresentação é

- (A) 1.  
 (B) 3.  
 (C) 4.  
 (D) 5.  
 (E) 7.

29. A planilha a seguir, sendo editada por meio do MS-Excel 2010, em sua configuração padrão, representa as contribuições previdenciárias de um cidadão, iniciadas em 1995. Considere que a planilha possui centenas de linhas seguindo o padrão exibido, e que cada linha mostra o valor da contribuição (coluna C) para um determinado mês (coluna B) de um ano específico (coluna A). O caractere # indica que, no respectivo mês, não houve contribuição.

|   | A    | B   | C            |
|---|------|-----|--------------|
| 1 | Ano  | Mês | Contribuição |
| 2 | 1995 | 1   | #            |
| 3 | 1995 | 2   | 200          |
| 4 | 1995 | 3   | 300          |
| 5 | 1995 | 4   | 190          |
| 6 | 1995 | 5   | #            |
| 7 | 1995 | 6   | 460          |

Assinale a alternativa que apresenta a fórmula que poderá ser utilizada por um analista previdenciário que deseja contar o número de meses em que foi feita alguma contribuição.

- (A) =SOMA(C:C)  
 (B) =CONTAR.VAZIO(C:C)  
 (C) =CONT.SE(C:C;"#")  
 (D) =CONT.NÚM(C:C)  
 (E) =CONT.VALORES(C:C)
30. A imagem a seguir, utilizada no Google Chrome, em sua configuração padrão, representa o modo de navegação anônimo.



Assinale a alternativa que apresenta o atalho por teclado que permite abrir uma janela em modo de navegação anônimo.

- (A) Ctrl + N  
 (B) Shift + T  
 (C) Shift + N  
 (D) Ctrl + Shift + T  
 (E) Ctrl + Shift + N

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. A desigualdade social e a pobreza, inerentes à sociedade capitalista, geram diferentes modalidades de desproteção social. Nesse contexto, os padrões de proteção social são formas de confronto às expressões da questão social adotadas pelo Estado, tendo nas políticas sociais uma dessas respostas, materializadas em sistemas de seguridade social mais ou menos abrangentes. Desde o surgimento do Estado Moderno, podem-se distinguir três diferentes propostas no campo das políticas sociais a partir do desenvolvimento da cidadania. Trata-se da cidadania invertida, da regulada e da plena, que caracterizam, respectivamente, as modalidades de Assistência Social, do Seguro Social e
- (A) da Administração Setorial Privada.
  - (B) do Voluntariado Social.
  - (C) da Subvenção Pública.
  - (D) do Estado do Bem-Estar Social.
  - (E) da Filantropia Estatal.
32. Há uma profunda relação entre as transformações em andamento na esfera da produção e a recomposição das políticas sociais. Nesse processo, o capital financeiro assumiu o comando da acumulação envolvendo a economia, a sociedade, a política, a cultura e interferindo no sistema de proteções e de garantias sociais. Trata-se da hegemonia liberal-financeira que, desvinculando a pobreza e a desigualdade social de seus determinantes estruturais, separa os indivíduos submetidos a essa condição de seus lugares no sistema produtivo, atribuindo aos pobres a responsabilidade da pobreza. Dessa forma, passamos a viver uma era de
- (A) conscientização plena de demandas sociais.
  - (B) despolitização da questão social.
  - (C) superação das desigualdades econômicas.
  - (D) suplementação de sistemas de proteção.
  - (E) emancipação da sociedade de classes.
33. O texto da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) contém inúmeras referências ao conceito de vulnerabilidade social, associadas a um grande número de dimensões das quais a pobreza é apenas uma. A operacionalização da noção de vulnerabilidade em relação ao público usuário da Assistência consta da Norma Operacional Básica de 2005, que utiliza de perfis, cujas variáveis apresentam características censitárias. Esses perfis são também empregados no cálculo da Taxa de Vulnerabilidade Social, permitindo observar as famílias que apresentam características de alta vulnerabilidade e
- (A) os aspectos subjetivos, como as relações familiares e comunitárias.
  - (B) a cobertura das principais demandas da população.
  - (C) os territórios onde se concentram essas famílias.
  - (D) os índices de desenvolvimento sustentável.
  - (E) as potencialidades e resistências das comunidades.
34. Conforme deliberado na V Conferência Nacional de Assistência Social, são explicitados em documento do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), no ano de 2005, sob o título de Estratégias e Metas para a implementação da política de Assistência Social no Brasil, os dez direitos socioassistenciais, dentre os quais pode-se destacar o Direito
- (A) de equidade social e de manifestação pública.
  - (B) à liberdade, ao respeito e à dignidade, como sujeitos de direitos.
  - (C) de supremacia do atendimento social sobre as exigências de rentabilidade econômica.
  - (D) ao pleno desenvolvimento para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.
  - (E) de comunicar à autoridade competente qualquer forma de violação de direitos.
35. Apesar dos avanços da Assistência Social em termos de implementação de um sistema descentralizado e participativo, que considera a dimensão territorial e as proposições da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), esta é uma política que enfrenta dificuldades para superar algumas de suas características históricas como a residualidade e o apelo por ações clientelistas. No que diz respeito às armadilhas conceituais presentes na política de assistência social, o retorno à família e às organizações sem fins lucrativos como agentes do bem-estar são conceitos fortemente influenciados pela perspectiva
- (A) do protagonismo de classe.
  - (B) da transformação social.
  - (C) de padronização dos direitos.
  - (D) do interesse do Estado.
  - (E) da integração social.
36. Em se tratando da Proteção Social de Assistência Social, a concretização dos benefícios e serviços socioassistenciais deve contar com uma rede de proteção social operada por profissionais, com previsão de ofertas institucionais e garantia de acesso qualificado e franqueado a todos. De acordo com previsões da LOAS, a Proteção Social Básica, para alcançar o objetivo a que se propõe, deve conhecer o território e as famílias que nele habitam, os níveis de desproteção social, as potencialidades e aquisições, prevendo o desenvolvimento dos serviços que respondam às situações de vulnerabilidade social. Nessa perspectiva, é correto afirmar que é objetivo da Proteção Social Básica
- (A) a superação, unicamente, de questões da infância e da adolescência.
  - (B) o atendimento a situações de equilíbrio social.
  - (C) a participação do usuário na reestruturação familiar.
  - (D) a prevenção de situações de risco.
  - (E) a atenção particularizada a situações extremas.

37. Uma das bases de organização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é o território. Nesse sentido, vale destacar que o território significa mais do que um espaço geográfico; é espaço de relações, de disputas, de contradições e de expectativas que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos que nele convivem. Destaca-se também que são nas diferentes configurações socioterritoriais que se implementam as políticas públicas, onde se expressam as manifestações da questão social e criam-se os tensionamentos e as possibilidades para seu
- (A) enfrentamento.
  - (B) posicionamento.
  - (C) estranhamento.
  - (D) alheamento.
  - (E) condicionamento.
38. A intervenção do Estado na família se realiza por meio das políticas sociais, demográficas e econômicas, da legislação e da cultura normatizadora das relações familiares. Essa intervenção é entendida ora como uma progressiva invasão da vida familiar, ora como emancipação desse grupo dos centros de poder tradicionais, como parentela, comunidades, igrejas etc. Há ainda a afirmação de que o Estado acaba por sobrecarregar a família, mediante a incorporação de novas funções e deveres. Este é um debate contemporâneo e presente em função do estabelecimento de estratégias de intervenção profissional no campo de atuação junto à família, particularmente na assistência social, face a um dos eixos estruturantes dessa política que é o
- (A) do protagonismo e da autonomia dos indivíduos e famílias.
  - (B) da gestão compartilhada público/privado.
  - (C) da matricialidade sociofamiliar.
  - (D) da primazia da responsabilidade estatal.
  - (E) das novas bases para a relação entre Estado e os usuários.
39. Embora haja consenso no Serviço Social de que a diversidade de arranjos familiares está intrinsecamente condicionada às transformações societárias contemporâneas, o padrão de funcionalidade esperado da família, por parcela de profissionais, continua calcado em postulações culturais tradicionais referentes aos papéis paterno e, principalmente, materno. Entrementes, há também concordância no Serviço Social de que a família não se constitui apenas uma construção privada, mas também pública, na medida em que
- (A) é atravessada pela questão social.
  - (B) produz e reproduz subjetividades.
  - (C) é plenamente aceita pela sociedade.
  - (D) compõe os espaços alternativos.
  - (E) promove a socialização de valores.
40. Em se tratando de crianças e adolescentes, o direito ao convívio é reconhecido no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e é tema predominante nas orientações dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes e na tipificação dos Serviços de Convívio e Fortalecimento de Vínculos da Assistência Social. Essa garantia legal e ético-normativa tem relevância histórica na medida em que supera a ideia de que a pobreza de famílias de crianças e adolescentes é uma anormalidade e reforça a perspectiva
- (A) de partilha de papéis no interior das famílias.
  - (B) da excepcionalidade do afastamento do convívio familiar.
  - (C) da institucionalização protetiva de crianças e adolescentes.
  - (D) de harmonia das relações intrafamiliares e comunitárias.
  - (E) de reforço às modalidades de guarda, tutela e adoção.
41. Embora a velhice tenha passado a figurar como uma realidade inconteste em todo o mundo, a longevidade do ser humano se põe na sociedade contemporânea como uma conquista social. A preocupação com o processo do envelhecimento da população é uma atitude recente na sociedade brasileira, começando a figurar na agenda pública governamental como prioridade somente no ano de 1988, com o advento da nova Constituição. Como síntese das garantias constitucionais e parâmetros para intervenções no campo das políticas destinadas ao público idoso, foi promulgada em 1994
- (A) a Política Nacional de Saúde do Idoso.
  - (B) o Benefício de Prestação Continuada ao Idoso.
  - (C) a Lei Orgânica do Idoso.
  - (D) a Política Nacional do Idoso.
  - (E) o Estatuto do Idoso.
42. A política de assistência social prevê a implantação de serviço para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e sobrevivência, com a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, fortalecimento de vínculos interpessoais e familiares e oportunidades de construção de novos projetos de vida. Trata-se de um Centro de Referência Especializado para População em situação de rua, cujo planejamento e implantação cabem ao órgão gestor local. De acordo com orientações técnicas, a implantação do Centro Pop deve ser precedida
- (A) da elaboração de um diagnóstico socioterritorial.
  - (B) de consulta pública à comunidade.
  - (C) de instalação de Serviço de Acolhimento provisório.
  - (D) de referendo da instância legislativa.
  - (E) de revisão clara dos objetivos institucionais.

- 43.** No Brasil o trabalho infantil é ilegal e priva crianças e adolescentes de uma infância normal. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o trabalho infantil é uma grave violação dos direitos humanos, representando uma das principais antíteses do trabalho decente. O trabalho doméstico infantil, em casa de terceiros, é uma das formas mais comuns e tradicionais de trabalho infantil. Com base nas convenções e normativas internacionais, as quais têm a ratificação do Brasil, e na legislação vigente no país, o serviço doméstico prestado por crianças
- (A) demanda pesquisas de identificação mais precisas.
  - (B) é uma forma educativa de divisão das tarefas no âmbito familiar.
  - (C) requer estratégias para sua qualificação, na idade certa.
  - (D) é consentido, atendidas as restrições de jornada e de atividades.
  - (E) está na lista das piores formas de trabalho infantil.
- 44.** A proteção social de assistência social traz um elemento inovador ao reconhecer situações cujo impacto é maior entre pessoas ou grupos familiares que apresentam características socialmente desvalorizadas tais como a etnia, o gênero, a raça, a orientação sexual etc, agravadas por condições precárias de vida ou de acesso aos serviços públicos. Nessa perspectiva, coloca-se entre as responsabilidades da assistência social a implantação de serviços continuados, capazes de minimizar situações de discriminação. Desse modo, explicita-se que a assistência social está no campo societário e, como tal, tem entre seus enfrentamentos os riscos sociais advindos dos processos
- (A) subjetivos.
  - (B) de convívio.
  - (C) individuais.
  - (D) plurais.
  - (E) de inserção.
- 45.** Os benefícios e programas de transferências de renda constituem provisões do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e sua articulação se faz necessária, de modo a integrar o seu acesso a cuidados e atenções prestadas pelo trabalho profissional nos serviços socioassistenciais. A gestão dos serviços, benefícios e programas, pactuando entre os entes federados os procedimentos que garantam a sua oferta integrada, está disciplinada em normativa aprovada pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT), que é denominada
- (A) Diretriz Básica para Acessos e Atenções.
  - (B) Plano Articulado de Gestão.
  - (C) Guia de Regras Unificadas.
  - (D) Procedimento Integrado das Provisões.
  - (E) Protocolo de Gestão Integrada.
- 46.** Intitulados como auxílio-maternidade e auxílio-funeral e vinculados em sua criação à política previdenciária, os benefícios eventuais já percorreram uma importante trajetória até se configurarem como benefícios socioassistenciais no âmbito da política pública de assistência social. Regulamentados pelos Conselhos de Assistência Social, aos benefícios eventuais por morte e natalidade poderão ser integrados outros, destinados a eventualidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa portadora de deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de
- (A) calamidade pública.
  - (B) violência intrafamiliar.
  - (C) suspensões de auxílios.
  - (D) ameaças graves.
  - (E) riscos de saúde.
- 47.** De acordo com a Lei nº 8.662/93, a designação profissional de Assistente Social é privativa dos habilitados e o exercício da profissão de Assistente Social requer prévio registro nos Conselhos Regionais que tenham jurisdição sobre a área de atuação do interessado, na forma da legislação vigente. Ainda de acordo com a mesma lei (art. 5º), dentre as atribuições privativas do Assistente Social está:
- (A) planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social.
  - (B) realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.
  - (C) coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social.
  - (D) encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população.
  - (E) orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso deles no atendimento e na defesa de seus direitos.
- 48.** A Resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) nº 559/2009 dispõe sobre a atuação do Assistente Social, inclusive na qualidade de perito judicial ou assistente técnico, quando convocado a prestar depoimento pela autoridade competente. Conforme artigo 5º da referida resolução, quando intimado perante a autoridade competente a prestar depoimento, qualquer profissional assistente social deverá comparecer e declarar que está obrigado a guardar sigilo profissional, sendo vedado depor
- (A) como inquinado de suspeição.
  - (B) na qualidade de perito judicial.
  - (C) em situação de acareação com o usuário.
  - (D) na condição de testemunha.
  - (E) como assessor da parte que o indicou.

49. As relações sociais no capitalismo, ao mesmo tempo que permitem a reprodução e a continuidade da sociedade de classes, cria as possibilidades de sua transformação. A prática profissional do Serviço Social não pode ser pensada fora dessa trama, sendo necessariamente polarizada pelos interesses das classes sociais. O trabalho do assistente social realiza-se em meio a disputas políticas, nos espaços da esfera pública e das lutas sociais. Trata-se de um movimento de construção de hegemonia, tanto na condução dos serviços sociais como dos direitos que asseguram, não apenas como questão técnica, mas como questão política, lugar de
- (A) unidade e composição.
  - (B) contradições e resistência.
  - (C) harmonia e alternância.
  - (D) equilíbrio e efetividade.
  - (E) objetividade e subjetividades.
50. Com a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), em 1993, inicia-se um processo de visibilidade da assistência social como política pública e de direitos que dela necessitam. A sua inserção na Seguridade Social aponta também para seu caráter de política de Proteção Social, articulada à outras políticas, voltadas à garantia de condições dignas de vida. Nessa perspectiva, a assistência social configura-se como possibilidade de reconhecimento público, de legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de
- (A) consolidação da ordem social.
  - (B) mensuração de ofertas.
  - (C) ampliação de seu protagonismo.
  - (D) ações solidárias.
  - (E) coesão política.
51. Como política de Estado, a Assistência Social passou a constituir-se em uma estratégia fundamental de combate à subalternidade econômica e a compor um espaço para a defesa dos interesses e necessidades sociais dos segmentos empobrecidos da sociedade. Cabe à Assistência Social a prevenção e o provimento de um conjunto de garantias em vistas dos riscos, vulnerabilidades sociais e necessidades emergentes ou permanentes de seus usuários. No âmbito da garantia de direitos e de acesso aos serviços socioassistenciais, cabe ao Estado
- (A) a alternância com a iniciativa privada.
  - (B) a universalização dessa cobertura.
  - (C) a seletividade de recursos públicos.
  - (D) a responsabilização da sociedade civil.
  - (E) o monitoramento da assistência voluntária.
52. Dentre os princípios fundamentais que regem a gestão das ações na área da assistência social, estão a descentralização político administrativa e a participação de organizações da sociedade civil com representação nos conselhos em todos os níveis. De caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, os conselhos têm atribuições junto aos serviços prestados pela rede socioassistencial como instâncias de controle, deliberação e
- (A) avaliação.
  - (B) fiscalização.
  - (C) publicização.
  - (D) reestruturação.
  - (E) planejamento.
53. Entende-se por pactuações na gestão da política de assistência social as negociações e acordos estabelecidos entre os entes federativos para a operacionalização e o aprimoramento do SUAS. São instâncias de negociação e pactuação as Comissão Intergestores Tripartite e Bipartite que formalizam e publicam os atos administrativos. De acordo com o artigo 133 da Norma Operacional Básica do SUAS, a ampla divulgação dos referidos atos junto à rede articulada de informações para a gestão da assistência social é responsabilidade
- (A) dos usuários.
  - (B) do legislativo.
  - (C) dos conselhos.
  - (D) do judiciário.
  - (E) dos gestores.
54. Conforme previsões da LOAS, assim como das demais normativas que orientam a efetivação dos serviços socioassistenciais, a tipificação nacional desses serviços descreve o campo de atuação, as nomenclaturas, funções, objetivos, atividades, expectativas e resultados. Enfim, a Resolução nº 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que apresenta a tipificação é o documento que normatiza os serviços socioassistenciais. O propósito fundamental da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais é qualificar tais serviços e, nesse sentido, é correto destacar que essa qualificação é concebida como
- (A) aquisições que devem alcançar os seus usuários.
  - (B) expectativas do fazer profissional.
  - (C) possibilidades garantidoras da isonomia social.
  - (D) ofertas genéricas a todos os serviços.
  - (E) estratégias de valorização da iniciativa estatal.

55. Diante de ameaça ou violação de direitos por parte do Estado, da sociedade, dos pais, responsáveis ou em razão de sua conduta, são aplicadas medidas específicas de proteção integral às crianças e adolescentes. De acordo com o artigo 100 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Dentre os princípios que regem a aplicação das medidas, está o da
- (A) prevalência institucional da sociedade civil.
  - (B) oitiva facultativa de profissionais.
  - (C) intervenção precoce das autoridades competentes.
  - (D) responsabilidade da comunidade local.
  - (E) antecipação das provas da infração.
56. Ao tratar dos direitos fundamentais do idoso, o art. 15 da Lei nº 10.741/2003 assegura a atenção integral à sua saúde, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos. De acordo com o § 5º do referido artigo, é vedado exigir o comparecimento do idoso enfermo perante os órgãos públicos, sendo que, quando de interesse do poder público, o agente promoverá o contato necessário com o idoso em sua residência e, quando de interesse do próprio idoso,
- (A) o órgão público disponibilizará meio de transporte para sua locomoção.
  - (B) o atendimento será efetivado por meio de recursos de comunicação virtual.
  - (C) poderá ser protocolado no respectivo órgão, requerimento de atendimento especial.
  - (D) este se fará representar por procurador legalmente constituído.
  - (E) deverão ser utilizados recursos próprios para atendimento de sua demanda.
57. Conforme prevê o Estatuto do Idoso, as entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, observadas as normas de planejamento e execução emanadas do órgão competente da Política Nacional do Idoso. Dentre os princípios estabelecidos no artigo 49 do referido Estatuto, que devem ser adotados pelas entidades que desenvolvam programas de institucionalização de longa permanência, está:
- (A) realização de estudo social e pessoal de cada caso.
  - (B) a prestação de serviços de saúde.
  - (C) promoção de assistência moral e religiosa.
  - (D) preservação dos vínculos familiares.
  - (E) destinação privilegiada de recursos públicos.
58. De acordo com um dos marcos conceituais explicitados no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, mostra-se como uma das intervenções necessárias a superação de padrões culturais arraigados, característicos de uma sociedade patriarcal, marcada pelo autoritarismo, na qual se admite a imposição de castigos físicos e outros tipos de agressão, como forma de educação de crianças e adolescentes. De acordo com o referido Plano, essa intervenção é de co-responsabilidade
- (A) dos poderes instituídos.
  - (B) dos conselhos de direitos.
  - (C) das organizações da sociedade civil.
  - (D) dos diversos centros de defesa infantojuvenis.
  - (E) do Estado e da família.
59. Após o devido processo legal, no qual é atribuído ao adolescente a autoria de ato infracional, são aplicadas as medidas socioeducativas, cujo caráter pedagógico permite ao adolescente romper com a vivência de diferentes formas de violência. As medidas socioeducativas de liberdade assistida, de semiliberdade e de internação deverão ser reavaliadas no máximo a cada seis meses. De acordo com o SINASE (art. 43), a reavaliação das medidas de meio aberto ou de privação da liberdade pode ser solicitada a qualquer tempo, justificado o pedido pelo desempenho adequado do adolescente com base
- (A) no seu plano de atendimento individual.
  - (B) em sua proatividade para a mudança.
  - (C) na faixa etária ultrapassada para a medida.
  - (D) em ocorrência de doença grave.
  - (E) no prazo de cumprimento da medida.
60. Como processo metodológico específico, o estudo social é instrumento fundamental no trabalho do assistente social, tendo por finalidade conhecer, com profundidade e de forma crítica, uma determinada situação, objeto da intervenção profissional. O relatório social se traduz na apresentação descritiva e interpretativa da situação, enquanto que o parecer social diz respeito a esclarecimentos e análises de questões relacionadas a decisões a serem tomadas, sendo portanto de caráter conclusivo ou
- (A) seletivo.
  - (B) discricionário.
  - (C) indicativo.
  - (D) pontual.
  - (E) independente.



